

# DECLARAÇÃO DA BAHIA:

## A igualdade racial se conquista com autonomia, e luta do povo negro

**L**uta e resistência sempre foram características da população negra no Brasil. O movimento negro é o mais antigo movimento social brasileiro, em mais de quatrocentos anos de luta, desde os quilombos ao movimento negro contemporâneo, chegando às diversas organizações, entidades e articulações de grupos anti-racistas em nossos dias atuais.

Essa longa experiência de luta acumulada desde os tempos coloniais por africanos e seus descendentes é nosso mais valioso patrimônio cultural, fonte inesgotável da resistência que opomos à continuada opressão desumanizadora do racismo. Renunciar à luta para eliminar o racismo é renunciar a nossa humanidade.

O empenho em combater o racismo e superar as desigualdades raciais está na base do esforço incansável de várias gerações para construir políticas públicas reunidas e articuladas no Estatuto da Igualdade Racial. O projeto aprovado, no entanto, dá as costas ao trabalho coletivo e resulta de um arranjo negociado entre a base do governo e forças conservadoras.

O que se busca alcançar é um efeito político-eleitoral com um docu-

mento meramente autorizativo, esvaziado de qualquer iniciativa que efetivamente possa vir a alterar o atual quadro de desigualdades. O que poderia ser uma conquista histórica em favor de uma sociedade efetivamente democrática e pluralista transformou-se numa peça de retórica, da qual não resultam obrigações concretas do Estado em benefício da população negra.

As condições impostas pelas elites racistas se efetivaram com a retirada do texto das propostas fundamentais nas seguintes áreas: Saúde: A identificação da raça/cor em documentos do SUS, que serviria de base para traçar políticas públicas específicas; Educação: Criação de cotas em todas as universidades públicas brasileiras e nos contratos do Fies; Quilombolas: Remanescentes de quilombos teriam a propriedade definitiva das terras ocupadas; Mercado de trabalho: O Estado poderia realizar a contratação preferencial de afro-brasileiros no setor público e incentivar medidas semelhantes nas empresas privadas. Em uma licitação, o critério de desempate poderia ser o fato de empresas terem ou não ações afirmativas; Meios de comunicação: Filmes, peças publicitárias e

programas de tevê teriam no mínimo 20% de afrobrasileiros.

Causa indignação as declarações de algumas lideranças negras saudando, junto com parlamentares governistas e da oposição conservadora, a aprovação do estatuto, quando é evidente a vitória nesse processo das forças reacionárias e racistas. Representantes de entidades negras usaram (pseudo) poderes de "negociar", sem mandato e sem respeitar fóruns ou espaços coletivos amplos de deliberação do próprio movimento. Arrastaram entidades representativas para um processo de subordinação a políticas conciliatórias, de contenção das pressões sociais por conquistas concretas para a afirmação da cidadania negra.

Nós, Organizações e ativistas do Movimento Negro repudiamos a conciliação exacerbada que resultou na criação desse instrumento inócuo que não assegura direitos ao povo negro.

Reafirmamos a defesa da autonomia do movimento negro em relação ao Estado, aos governos e aos partidos políticos. A luta estratégica do povo negro pela igualdade racial não subordina nosso projeto político.

Nosso rumo é em direção a emancipação social e política do povo negro e a construção de uma sociedade multiétnica e igualitária no Brasil. A auto-organização do povo negro é a base de sustentação do nosso projeto político.

Repudiamos o pacto racial que preserva os privilégios das elites brancas e racistas.

Reafirmamos nossa luta por ações afirmativas e contra a discriminação de raça, gênero e orientação sexual.

Repudiamos o extermínio sistemático da juventude negra, nas periferias urbanas, impetrado por uma polícia racista e a serviço das elites dominantes no Estado e a sua segregação nos espaços urbanos e rurais,

configurando uma sistemática faxina étnica.

Pela aprovação do sistema de cotas, promovendo o acesso de negras e negros às Universidades, aos cursos de pós-graduação e às Escolas Técnicas Federais.

Pela posse definitiva e titulação das terras pelas comunidades quilombolas e tradicionais.

## ASSINAM:

- \* **Alcir Matos** - União Nacional por Moradia Popular
- \* Ana Margarida de Jesus - Coletivo de Angoleiras Teresa de Benguela / JP/PB
- \* **Ana Maria Felipe** - Memorial Lélia Gonzalez
- \* **Ana Maria Souza Mendes** - Coordenação do NUCAB - Núcleo de Cultura Afro-Brasileira da Universidade de Sorocaba
- \* **André Borges** - Coordenação Estadual do CONNEB/RJ
- \* **Babalorixa Joelmir D' Oxossi** - Templo Umbandista Oxossi Caçador / RJ
- \* **Bernardino Francisco** - Fundação Cafunê - Sorocaba (SP)
- \* **Beth Ferreira** - Secretaria Executiva Nacional da AMB- Articulação de Mulheres Brasileiras
- \* **Conceição Leal** - MAIPO - Movimento de Articulação e Ação Popular, Uberlândia \ MG
- \* **Damião Braga dos Santos** - Presidente da ARQPEDRA - Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal / Vice-presidente da ACQUILERJ - Associação de Comunidades Remanescente de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro
- \* **Demerson Cardoso** - Coordenação do GAEEC / BA
- \* **Edson Cardoso** - Presidente do Ìrohìn
- \* **Enoque Matos** - Inclusão Pré-Vestibular / BA
- \* **Fabiano Santos** - JUNA / Alagoinhas - BA
- \* **Gesa Corrêa** - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação / RJ
- \* **Grupo de Mulheres Negras Nzinga Mbandi** - SP
- \* **Hamilton Assis** - Coordenação Nacional do Circulo Palmarino
- \* **Hamilton Borges** - Coordenação da Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto e ASFAP-BA - Associação de Familiares e Amigos de Presas e Presos da Bahia
- \* **Heloisa Greco** - Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania / MG
- \* **Inêz Oludé da Silva** - Coordenadora do projeto 23 de Agosto dia Internacional da Memória do Tráfico Negro - projeto parceiro da Unesco
- \* **Jupiraci Ferreira** - Movimento Salvador Pela Paz / BA
- \* **Luciene Lacerda** - Fórum Estadual de Mulheres Negras / RJ
- \* **Luiz Mendes** - Coordenação do Centro Cultural Cândido Velho - Guaíba / RS,
- \* **Marcos Pereira da Silva** - Movimento Ambientalista Salve Maracáipe
- \* **Marisa Feffermann** - Comitê Contra a Criminalização de Crianças e adolescentes / SP
- \* **Paulo Cesar de Oliveira** - Centro Cultural Orunmila-Ribeirão Preto / SP
- \* **Reginaldo Bispo** - Coordenação Nacional do MNU - Movimento Negro Unificado
- \* **Rita Santos** - Associação das Baianas/os de Acarájé e Mingaus / BA
- \* **Rosalia Lemos** - E' LÉÉKÒ: Gênero, Desenvolvimento e Cidadania / RJ
- \* **Simone Magalhães** - Ylê Axé Oyá Deji / BA
- \* Tiago paixão - Coordenação do Campo Étnico e Popular
- \* **Ubiraci Gonçalves** - Coordenação de Expressões Afrobrasileiras do Conselho de Cultura Popular da Região Nordeste de Amaralina
- \* **Valdisio Fernandes** - Coordenação do Instituto Búzios
- \* **Valdo Lumumba** - Fórum de Entidades do Subúrbio de Salvador / BA
- \* **Walter Altino** - Coordenação do Atitude Quilombola / BA
- \* Anhamona de Brito - advogada / Ba
- \* **Flávia Santos de Araújo** - University of Massachusetts Amherst, EUA
- \* **Franklin Oliveira Jr.** - professor e escritor, doutor em História social / BA
- \* **Lenny Blue de Oliveira** - Advogada - SP
- \* **Nelson da Mata** - Pesquisador do Cepaia / BA